



Práticas informacionais do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Nordeste: investigando a apropriação das informações pelos participantes do Programa Dinheiro Direto na Escola no contexto da Pandemia da Covid-19

Information practices of the Collaborative Center to Support Monitoring and Management of Educational Programs in the Northeast: investigating the appropriation of information by participants in the Direct Money at School Program in the context of the Covid-19 Pandemic

Kelly de Lima Costa 

Mestra em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
kellycostapb@gmail.com

Guilherme Ataíde Dias 

Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal da Paraíba, Brasil
guilhermeataide@gmail.com

Resumo

A presente pesquisa visou investigar a apropriação das informações pelos participantes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no contexto da pandemia da Covid-19 a partir das práticas informacionais utilizadas pelo Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Nordeste (CECAMPE Nordeste). O objeto de estudo desse trabalho enfoca a prática informacional relacionada a um fenômeno político pedagógico. Para isso, foram analisados dados estruturados, disponibilizados pelo CECAMPE Nordeste, a respeito dos perfis dos participantes e da estratificação de dúvidas referentes aos Webinários de formação de gestores de escolas públicas da região Nordeste. A metodologia da pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, com pesquisa documental, e a abordagem do problema, quali-quantitativa. A investigação da pesquisa deu-se por meio de gráficos e tabelas. Como resultado, a pesquisa mostrou o desenvolvimento das práticas informacionais em relação à apropriação das informações pelos participantes do PDDE. As conclusões apontam que os participantes, embora se apropriem das informações fornecidas pelo CECAMPE Nordeste, permanecem com dúvidas específicas, e, devido ao contexto da situação de calamidade provocada pela pandemia da Covid-19, percebeu-se uma grande busca por informações referentes ao PDDE Emergencial.

Palavras-chave: práticas informacionais; gestão democrática; Programa Dinheiro Direto na Escola; Covid-19.

Abstract

This research aimed to investigate the appropriation of information by participants in the Direct Money at School Program in the context of the Covid-19 pandemic based on the informational practices used by the Collaborative Center for Support for Monitoring and Management of Educational



doi: [10.28998/cirev.2024v11e14455](https://doi.org/10.28998/cirev.2024v11e14455)

Este artigo está licenciado sob uma [Licença Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Submetido em: 04/11/2022

Aceito em: 28/01/2024

Publicado em: 31/01/2024

Programs in the Northeast (CECAMPE Northeast). The object of study of this work focuses on informational practice related to a political pedagogical phenomenon. To this end, structured data, made available by CECAMPE Nordeste, were analyzed regarding the participants' profiles and the stratification of doubts regarding the training webinars for public school managers in the Northeast region. The research methodology is exploratory and descriptive in nature, with documentary research, and the approach to the problem is qualitative and quantitative. The research investigation was carried out using graphs and tables. As a result, the research showed the development of information practices in relation to the appropriation of information by Direct Money at School Program participants. The conclusions indicate that the participants, although they take advantage of the information provided by CECAMPE Nordeste, remain with specific doubts, and, due to the context of the calamity situation caused by the Covid-19 pandemic, there was a great search for information regarding the Direct Money at School Program Emergency.

Keywords: *informational practices; democratic management; Direct Money at School Program; Covid-19.*

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa investigar, a partir de práticas informacionais, a apropriação das informações pelos participantes do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A finalidade é analisar quem são os participantes do Webinário do PDDE, suas dúvidas e a possibilidade de melhorar o processo de gestão democrática, no contexto das escolas públicas da Região Nordeste do Brasil, no cenário da calamidade provocada pela pandemia da Covid-19. Ela também objetiva verificar se, de fato, os participantes apropriaram-se das informações do Webinário e, ao se apropriarem, se isso contribuiu para orientar os participantes nas ações de suas atividades e práticas realizadas.

O artigo apresenta inicialmente uma contextualização acerca das práticas informacionais, trazendo conceitos e esclarecimentos sobre esse tema. Em seguida, aborda-se a gestão democrática no ensino público, que é um tema de grande relevância para o campo da educação brasileira.

Logo após, explana-se sobre o Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Nordeste (CECAMPE Nordeste) e o Programa Dinheiro Direto na Escola, proposto como um meio para auxiliar na assistência financeira escolar, cujo objetivo é contribuir para a melhoria da estrutura física e pedagógica das instituições de ensino. Ademais, também apresenta como a pandemia da Covid-19 afetou as escolas públicas na Região Nordeste do Brasil, contextualizando com as necessidades que ela demandou. Somado a isso, ainda se discorreu acerca das práticas informacionais no contexto do PDDE como forma de investigar a apropriação da informação pelos participantes dos Webinários no contexto da pandemia da Covid-19.

Por fim, é feita uma análise da investigação, colhida por meio de um questionário aplicado após um Webinário do PDDE, no qual os participantes puderam colaborar com informações referentes ao período de 29 de abril a 10 de maio de 2021.

2 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

Nos últimos anos, as práticas informacionais têm se destacado cada vez mais na área acadêmica e no âmbito científico, quando relacionadas a conjeturas como a disseminação, o uso e a apropriação da informação.

Estudar a informação era compreender e mapear a produção, circulação e uso da informação científica e tecnológica para se pensar em instrumentos de seu processamento para garantir maior rapidez, menor custo, maior exatidão em sua transferência dentro da comunidade científica e desta para os setores estratégicos do ambiente governamental. (Araújo, 2020, p. 34).

A princípio, as investigações no campo da Ciência da Informação voltadas aos usuários e a suas necessidades foram denominadas estudos de comunidades, estudos de usos de informação, comportamento informacional e, em seguida, práticas informacionais (Ferreira, 1995). As práticas informacionais, por sua vez, adotam o usuário como objeto de estudo de uma expectativa objetivante, descontextualizada, lançando muitas técnicas de coleta de dados quantitativos para medir seu perfil e seu comportamento (González-Teruel, 2005).

Frente à teoria da prática informacional, a busca por informações não emerge devido à ausência de conhecimento, mas, ao invés disso, é motivada pelo acúmulo de conhecimento em um domínio específico (Talja; Nyce, 2015). Assim, concluindo que:

O foco nas práticas significa que as categorias analíticas como sense making, significados, entendimento, interpretação ou experiência não são colocadas em primeiro plano. Também a teoria da prática não se ocupa analiticamente de regras sociais, normas ou convenções. A teoria da prática se ocupa com as interconexões entre as condições materiais e recursos para as atividades, pessoas em ação e ambientes das atividades (Talja; Nyce, 2015, p. 65).

Pesquisadores, tais como Talja (1996) e McKenzie (2003), constataram que os modelos comportamentais não se alinhavam efetivamente em cenários do cotidiano nos quais a necessidade não era explícita e a busca por informação não estava intrinsecamente vinculada ao contexto social e cultural. Sendo assim, pressupõe-se que as práticas informacionais necessitam ser compreendidas sob o prisma de outros domínios do conhecimento, como a Antropologia e a Sociologia, que atribuem para a compreensão da realidade social a percepção da construção contínua, vastamente influenciada, sendo indispensáveis reflexões mais elaboradas e sendo imprevisível a determinação de uma única resposta (Araújo, 2020).

Para Berti e Araújo (2017, p. 395),

As práticas informacionais representam a busca por informação pautada na relação informacional influenciada pelas interações sociais, de modo que compreendem os usuários e a informação em espaços diferentes, independentes, porém recíprocos.

Assim, conforme destacado por Araújo (2020), a maioria dos estudos conduzidos sob a perspectiva da abordagem de estudos de usos e de usuários emprega o questionário como técnica primária de coleta de dados. Este instrumento é comumente constituído por perguntas formuladas com o propósito de quantificar os hábitos de comportamento relacionados à busca e à utilização de informações, bem como para avaliar frequências de acesso e de níveis de satisfação. Consequentemente, constata-se que praticamente todos os estudos voltados para a compreensão do usuário resultam em elaboradas análises quantitativas, frequentemente expressas por meio de tabelas, que delineiam os resultados obtidos.

Araújo (2020, p. 52-53) explana que:

Estudar as práticas informacionais constitui-se num movimento constante de capturar as disposições sociais, coletivas (os significados socialmente partilhados do que é informação, do que é sentir necessidade de informação, de quais são as fontes ou recursos adequados) e também as elaborações e perspectivas individuais de

como se relacionar com a informação (a aceitação ou não das regras sociais, a negociação das necessidades de informação, o reconhecimento de uma ou outra fonte de informação como legítima, correta, atual), num permanente tensionamento entre as duas dimensões, percebendo como uma constitui a outra e vice-versa [...].

Savolainen (2008) apresenta as práticas informacionais como um conjunto de maneiras social e culturalmente constituídas para identificar, buscar, utilizar e compartilhar informações disponíveis em diversas fontes, tais como televisão, jornais e a Internet. Assim, pode-se entender que as práticas informacionais se dispõem a perceber os movimentos sociais dentro de um contexto, no intuito de compreender os significados das informações nele contidas.

3 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Considerado um tema bastante relevante para o campo da educação brasileira, a gestão democrática no ensino público foi anunciada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.” (Brasil, 1988, local 1)

Foi legitimada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996) e reiterada pelos Planos Nacionais de Educação (PNE) de 2001 e 2014 (Brasil, 2001, 2014).

A gestão democrática não tem receita, mas princípios e um deles é a transparência. O segundo é o respeito à diversidade, pressupondo o respeito do gestor ao outro. A ideia de gestão democrática está ligada à qualidade da educação, pois, ao idealizar uma escola de qualidade, ela se baseia em uma que seja boa para todos e cuja função não seja apenas levar o conhecimento, mas propiciar condições para uma aprendizagem que tenha significado em suas vidas e em suas realidades. Para que isso se fundamente, é necessária uma série de exposições na escola, uma delas é que exista a participação de todos os envolvidos – o conselho de escola, de classe, associação de pais e de mestres – sempre pautando por ações que sejam de fato democráticas.

Então, o mais importante, nesse tipo de gestão, é propiciar ao aluno condições para que ele queira apreender o ensino que seja intrinsecamente desejado, por isso a importância de uma gestão democrática.

3.1 Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais do Nordeste e o Programa Dinheiro Direto Na Escola

Os CECAMPE estão vinculados às universidades parceiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que realizam atividades de assistência técnica e monitoramento, com a finalidade de apoiar estados, municípios e escolas, de forma a aprimorarem a execução e o desempenho do PDDE e suas Ações Integradas, do Programa Caminho da Escola e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) (Brasil, 2020).

O PDDE, criado em 1995, objetiva prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar. Também visa fortalecer a participação social e a autogestão escolar (Brasil, 1988). O programa tem como finalidade fornecer auxílio financeiro suplementar às escolas, com o intuito de fortalecer a participação social e a autogestão escolar. De modo mais preciso, considera-se que:

O Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE consiste na destinação anual, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), de recursos financeiros, em caráter suplementar, as escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica, as escolas de educação especial qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, com o propósito de contribuir para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais beneficiários que concorram para a garantia de seu funcionamento e para a promoção de melhorias em sua infraestrutura física e pedagógica, bem como incentivar a autogestão escolar e o exercício da cidadania com a participação da comunidade no controle social (Brasil, 2021a, p. 2).

O PDDE é um programa do Ministério da Educação (MEC) de descentralização de recurso financeiro federal voltado para o atendimento do ensino fundamental regular, que compreende as escolas públicas de ensino fundamental administradas pelas redes de ensino estadual, do Distrito Federal e municipal de todo o país, bem como as escolas privadas de educação especial, mantidas por Organizações Não Governamentais (ONGs), ou entidades similares sem fins lucrativos, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e que atendem às normas do programa (Brasil, 2014).

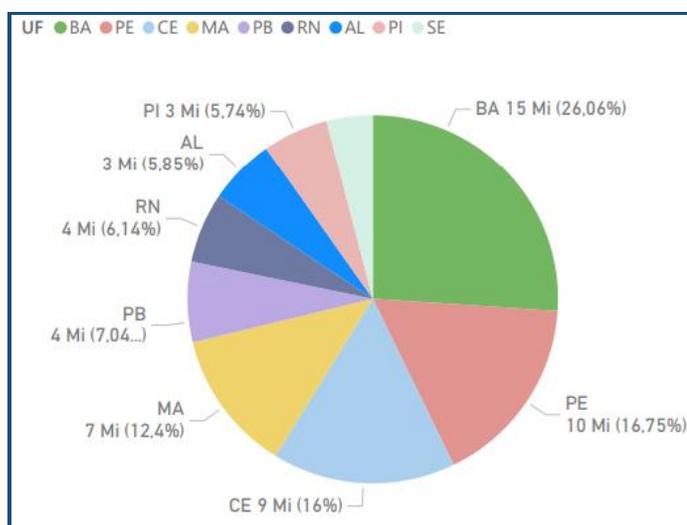
O PDDE objetiva a assistência financeira às escolas públicas, em caráter suplementar, contribuindo para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho da educação, o que fortalece a participação social e a autogestão escolar.

3.2 Pandemia da COVID-19 na Região Nordeste do Brasil

Em dezembro de 2019, foi divulgada a descoberta de um vírus, o SARS-CoV-2, responsável por uma síndrome respiratória aguda grave, resultando na declaração de uma emergência internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), configurando a pandemia da Covid-19. A pandemia impactou todos os países do mundo, sendo esses monitorados em tempo real sobre o número de infectados e número de mortes diariamente.

O presente estudo tem como referência os dados relativos à Região Nordeste do Brasil, conforme fornecidos pelo Ministério da Saúde (MS). Observam-se, inicialmente, os dados populacionais dessa região no Gráfico 1, até 22 de novembro 2021.

Gráfico 1 – População por estado na Região Nordeste

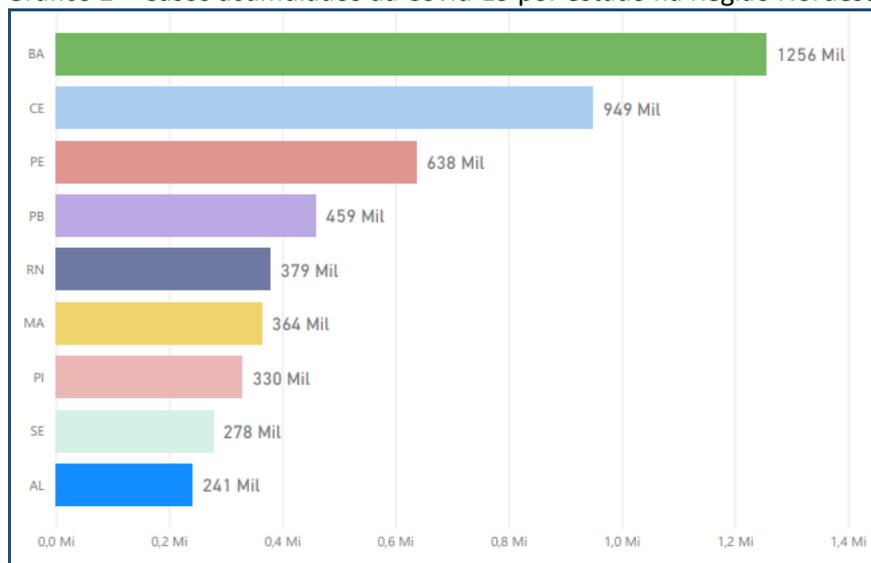


Fonte: Brasil (2021b).

Ainda como base no Gráfico 1, pode-se perceber que, dos dados coletados, a Bahia possui 26,06% de população da Região Nordeste; já, com a menor população, o estado do Piauí, com 5,74% da população.

A partir desse contexto, observa-se que, com 1.255.653, a Bahia teve o maior número de casos acumulados de Covid-19, sendo 420,32% maior do que Alagoas, que teve o menor número de casos acumulados totalizados em 241.321, conforme Gráfico 2. Logo, pode-se analisar que a Bahia contabilizou 25,66% de casos acumulados até 22 de novembro de 2021.

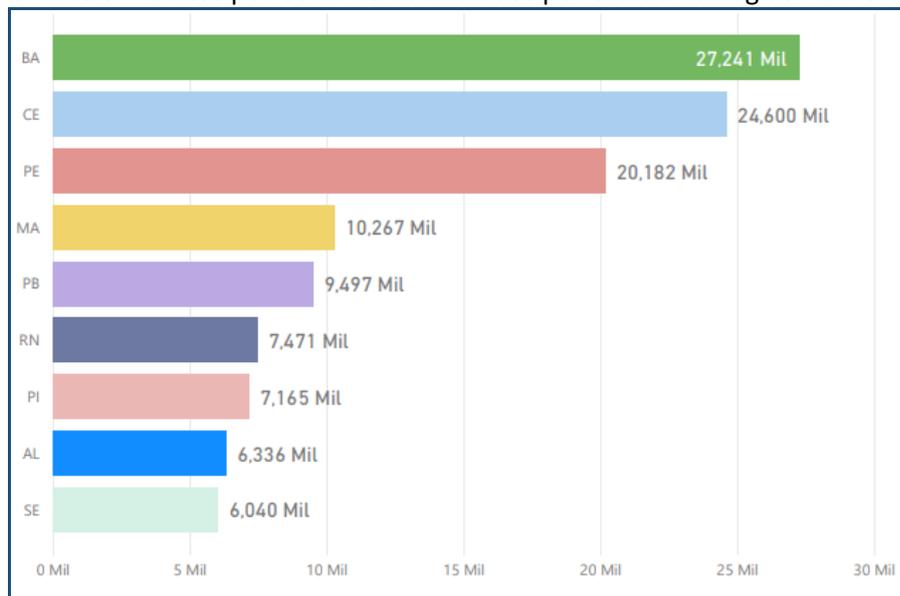
Gráfico 2 – Casos acumulados da Covid-19 por estado na Região Nordeste



Fonte: Brasil (2021b).

Com mais de 27 mil mortes, conforme Gráfico 3, a Bahia também ficou na frente em referência de mortes por Covid-19, sendo Sergipe o estado em que houve cerca de seis mil mortes por Covid-19 até a data de 22 de novembro de 2021.

Gráfico 3 – Óbitos por Covid-19 acumulados por estado na Região Nordeste



Fonte: Brasil (2021b).

3.3 Práticas informacionais no contexto do Programa Dinheiro Direto na Escola: investigando a apropriação das informações pelos participantes do Webinário no contexto da pandemia da Covid-19

Buscando suprir a necessidade de acompanhar a evolução informacional vivida pela sociedade e introduzi-la no cumprimento de suas tarefas e rotinas, a gestão pública tem, cada vez mais, investido em tecnologias de informação e comunicação, bem como em algumas práticas informacionais, objetivando melhorar a troca de informações entre órgãos públicos e ampliar a prestação de serviços ao cidadão, facilitando a conexão entre sociedade e governo.

Há pouco, a sociedade vivenciou a pandemia do novo Coronavírus, essa situação exigiu recomendações sanitárias e políticas públicas que promovessem o isolamento social por meio de decretos restritivos para controle da disseminação do vírus.

Conforme pontuado por Sousa e Cavalcante (2020), a eclosão da pandemia de Covid-19 e a subsequente crise resultante impuseram desafios significativos relacionados a produção, prática, análise, compartilhamento, divulgação e disseminação de diversas formas de informação. Essa conjuntura provocou uma série de efeitos discerníveis no comportamento e nas práticas informacionais dos indivíduos.

Com a eclosão da pandemia, instaurou-se o período de isolamento social, implementação do trabalho remoto, adesão às aulas *on-line*, delineando um cenário distinto da realidade preexistente ao vírus. Este contexto propiciou o surgimento de novas modalidades de interação social, induzindo as entidades governamentais a intervirem na formulação de mecanismos para o acesso à informação. Tais medidas incluíram a elaboração de guias, cartilhas, manuais, *e-books* e portfólios, bem como o desenvolvimento de sistemas e de aplicativos de monitoramento e de avaliação da situação (Sousa; Cavalcante, 2020).

Para Savolainen (2008), o ponto de vista de práticas informacionais põe-se principalmente nas interações estabelecidas entre sujeitos e informação, em situações nas quais produção, armazenamento, manipulação, busca, transferência, avaliação e uso da informação podem ser analisados em práticas cotidianas situadas em contextos específicos (Sousa; Cavalcante, 2020). Sendo assim, a interação do usuário com a informação baseia-se em um contexto social e histórico, em que as “[...] práticas informacionais representam a busca por informação pautada na relação informacional influenciada pelas interações sociais” (Berti; Araújo, 2017, p. 395).

Nesse sentido, o PDDE utilizou-se de práticas informacionais para continuar contribuindo com os usuários do programa. Já o Webinário, que é um estilo de seminário *on-line* em vídeo, gravado ou ao vivo, que geralmente permite a interação da audiência via *chat*, tornou-se essencial para passar a informação a milhares de usuários, sendo, na pandemia, uma forma de contribuição necessária que pôde ser avaliada a partir de um questionário após sua aplicação.

A plataforma utilizada neste caso foi o *YouTube* que, mesmo após sua finalização, continua gravado para posteriores visualizações. Os usuários, ao finalizar, respondem a um questionário padrão, que foi analisado nos resultados desta pesquisa, abordando, com ênfase, o PDDE Emergencial que, conforme afirmado pelo Diretor de Ações Educacionais (Brasil, 2020), é mais uma iniciativa do FNDE e do MEC para a volta às aulas presenciais com segurança.

4 METODOLOGIA

Na intenção de analisar o resultado das práticas informacionais utilizadas pelo PDDE durante a pandemia, a pesquisa buscou analisar as informações colhidas via questionário aplicado após um Webinário sobre o PDDE, com foco nas informações que possam contribuir para a gestão democrática e para a qualidade da educação nas escolas públicas da Região Nordeste do Brasil, levando em consideração a situação de calamidade provocada pela pandemia da Covid-19.

Na pesquisa, considerada de natureza quali-quantitativa, requereu o uso de técnicas de estatísticas que traduzissem numericamente os dados coletados. Assim, pode-se interpretar a significação desses dados, enfatizando aspectos subjetivos para interpretar fatos respondidos pela população analisada.

Quanto aos objetivos, configurou-se como uma pesquisa descritiva. No que tange aos procedimentos técnicos, realizou-se uma pesquisa documental, que apresenta algumas vantagens, conforme exposto por Gil (2002, p. 62-63):

A pesquisa documental apresenta algumas vantagens por ser “fonte rica e estável de dados”: não implica altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes. Ela é semelhante à pesquisa bibliográfica [...], o que a diferencia é a natureza das fontes, sendo material que ainda não recebeu tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa.

Os dados coletados a partir de um questionário de dúvidas de um Webinário do PDDE da Região Nordeste, no período de 28 de abril a 10 de maio de 2021, disponibilizado pelo MEC, foram analisados. O universo analisado compreendeu as escolas públicas da Região Nordeste do Brasil que aderiram ao PDDE, e a amostra, por sua vez, foi formada pelos participantes do Webinário do PDDE dessa região. A investigação baseou-se nos dados dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste, recebidos pelo MEC e tratados conforme dados do Quadro 1.

Quadro 1 – Base de Dados dos Webinários do CECAMPE Nordeste

Base de dados	Endereço <i>on-line</i> de acesso aberto
Perfil dos participantes do Webinário PDDE Ações Agregadas Período de 28 de abril a 10 de maio de 2021	https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiNWVhYzU5ODMtMmQ4Ni00Y2M3LWE0YjltNDZhOTdkMGI3ZGJhliwidCI6IjVhM2UxZWl5LWw3NzctNDQ1YS04MjQyLWw0MjVhNDYxYjE5YiJ9

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados recebidos foram tratados, estruturados, organizados e disponibilizados, podendo ser acessados a partir dos *links* gerados pela ferramenta *PowerBi*, *software*, que permite conectar-se aos seus dados, transformá-los e visualizá-los.

5 RESULTADOS

Conforme a metodologia descrita, é demonstrado, no Quadro 2, o resultado do número de participantes do Webinário do PDDE da Região Nordeste, no período de 28 de abril a 10 de maio de 2021.

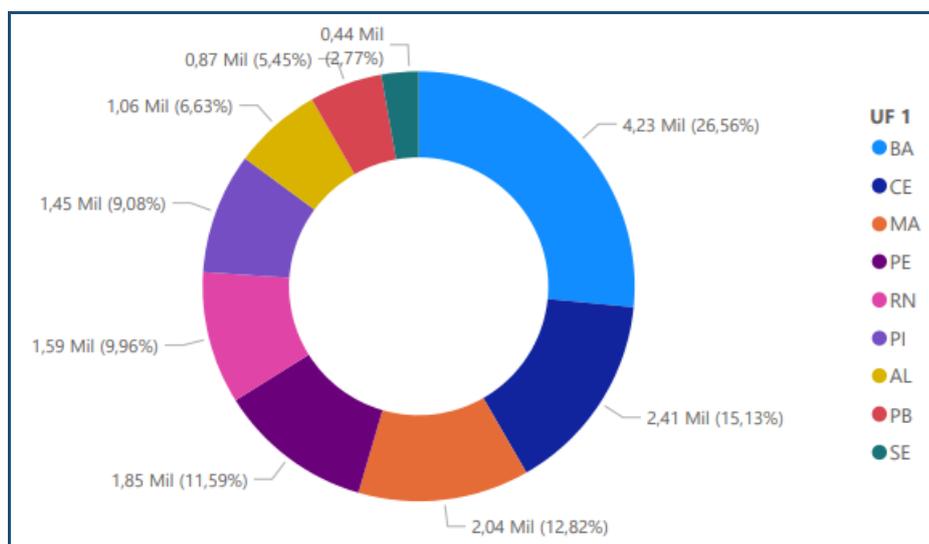
Quadro 2 – Participantes do PDDE por estado da Região Nordeste

Estado	Contagem
Bahia (BA)	4231
Ceará (CE)	2410
Maranhão (MA)	2042
Pernambuco (PE)	1847
Rio Grande do Norte (RN)	1587
Piauí (PI)	1447
Alagoas (AL)	1056
Paraíba (PB)	868
Sergipe (SE)	442
Total	15930

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Pode-se observar que o Webinário contou com 15.930 participantes da Região Nordeste. Dentre eles, o maior número de participantes foi do estado da Bahia, com 4.231 e Sergipe, o de menor número, com 442 participantes. Assim, a Bahia obteve o equivalente a 26,56% dos participantes, e o menor número ficou com Sergipe, obtendo apenas 2,77%, conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Porcentagem dos participantes do PDDE por estado da Região Nordeste

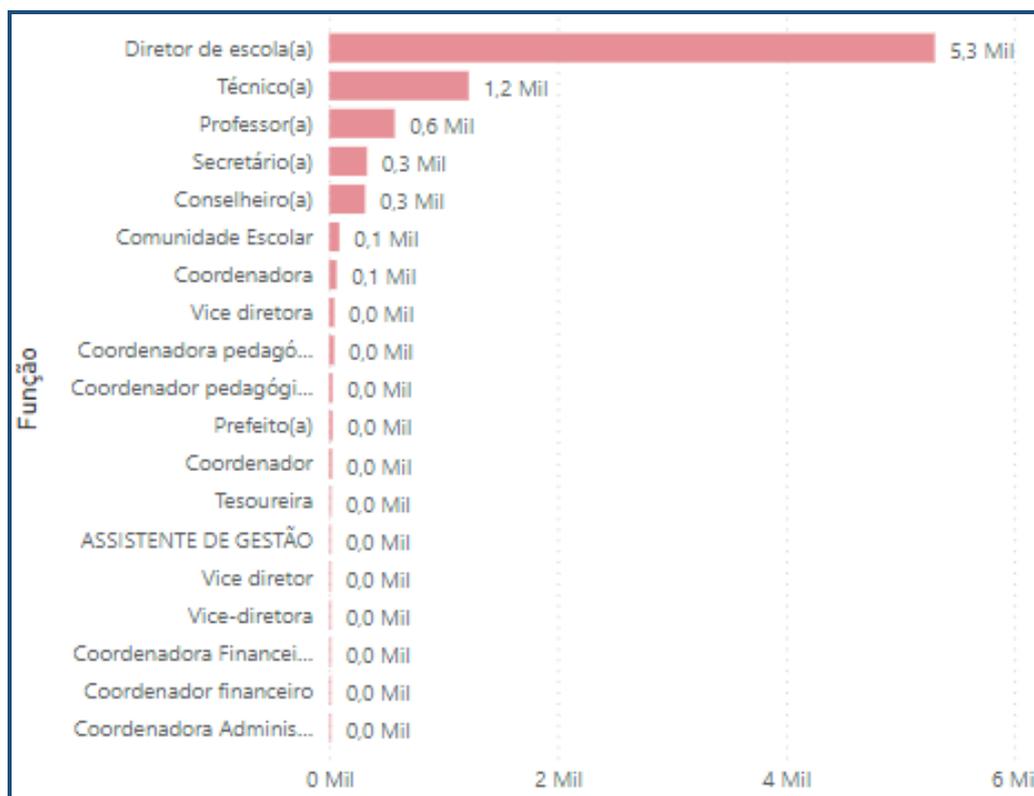


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os participantes do Webinário, conforme Gráfico 5, compreendem diretores de escola, técnicos, professores, secretários, conselheiros, comunidade escolar, coordenadores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, prefeito, tesoureiros, assistentes de gestão, coordenadores financeiros e coordenadores administrativos dentre outros.

Neste universo, observa-se que a maioria dos participantes tem função de diretores de escola, seguida de técnicos, professores, secretários e conselheiros, correspondendo, respectivamente, aos totais de 5.300, 1.200, 600, 300 e 300 participantes.

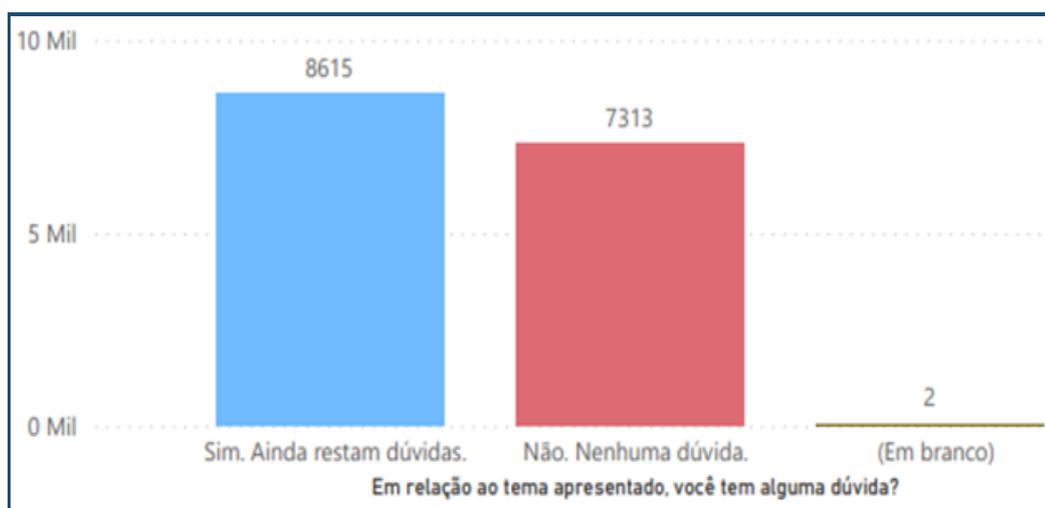
Gráfico 5 – Função dos participantes do PDDE na Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O Gráfico 6 expressa o número de participantes que, após o Webinário, ainda possuíam dúvidas quanto ao PDDE. Observa-se nele que 8.615 deles responderam “sim”; 7.313 “não” e dois não responderam, o que configurou que 54% dos participantes ainda possuíam dúvidas.

Gráfico 6 – Contagem dos participantes com dúvidas sobre o PDDE na Região Nordeste

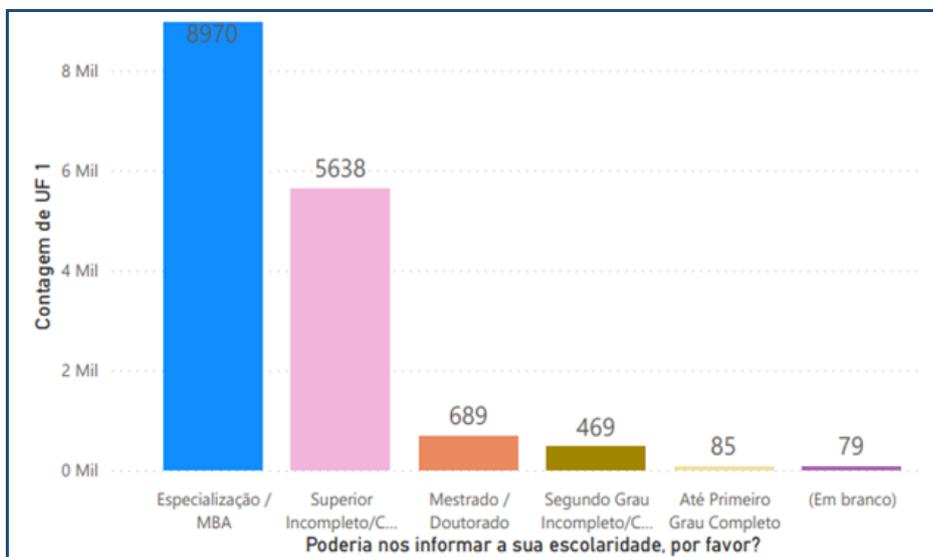


Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Do total de participantes, segundo o Gráfico 7, 8.970 possuem especialização, 5.638, o nível superior incompleto ou completo e 689, mestrado. A minoria possui apenas o segun-

do grau completo ou incompleto, 85, apenas o primeiro grau completo e 79 não responderam. Assim, a maioria com 56,3% dos participantes possui o nível de especialização.

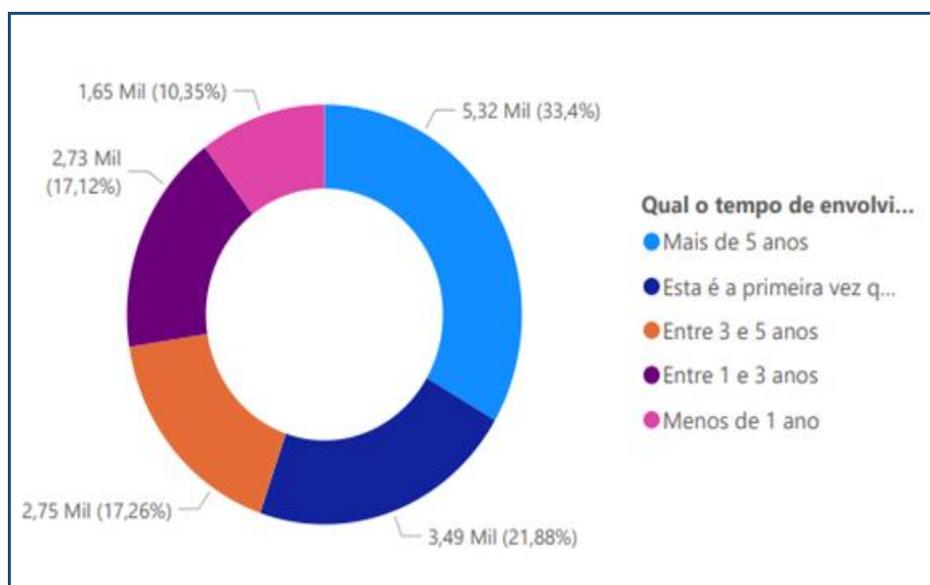
Gráfico 7 – Nível de escolaridade dos participantes do PDDE na Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que se refere ao tempo de envolvimento que os participantes possuem com o PDDE, 33,4% estão há mais de cinco anos envolvidos, enquanto 21,88% participam há menos de um ano, conforme demonstra a Gráfico 8.

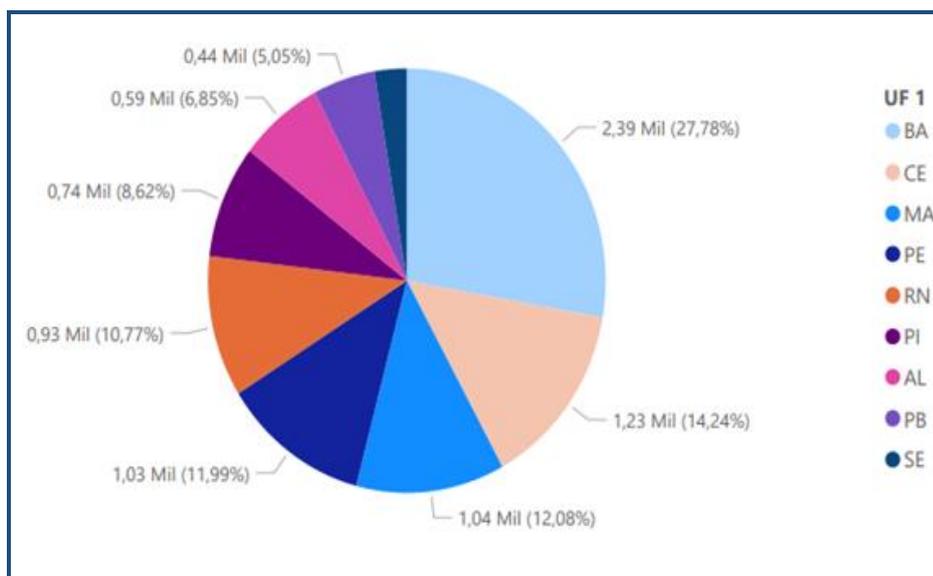
Gráfico 8 – Tempo de envolvimento com o PDDE na Região Nordeste



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Com base nos dados do Gráfico 9, observa-se que os participantes com dúvidas correspondem à seguinte distribuição por estado na região Nordeste: na Bahia consta o maior número de participantes com dúvidas, 27,78%; o Ceará com 14,24%, seguido do Maranhão, com 12,08%. Pernambuco obteve 11,99%, e Rio Grande do Norte 10,77%. Os estados com menos dúvidas foram Piauí, Alagoas, Paraíba e Sergipe.

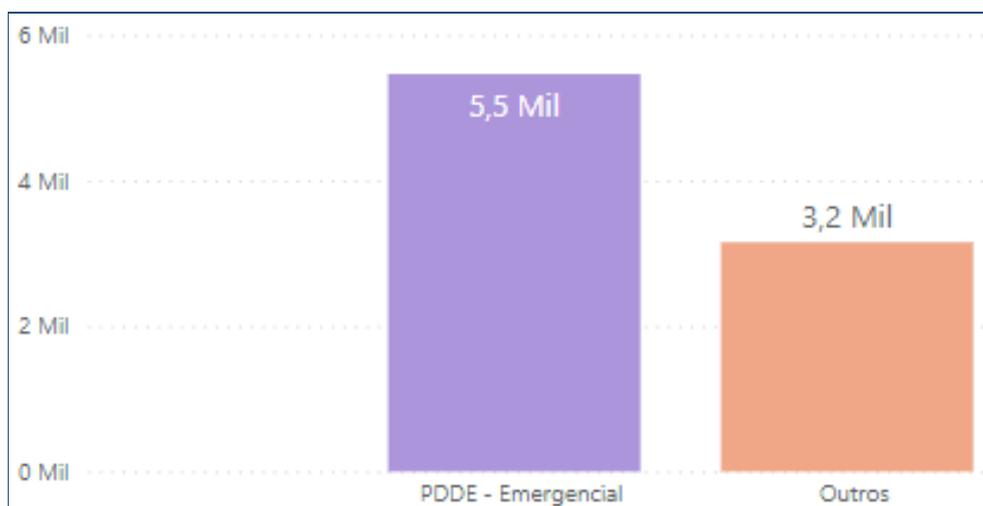
Gráfico 9 – Participantes com dúvidas na Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação aos participantes que ainda continuaram com dúvidas, observou-se que o tema mais frequente, relativo ao contexto vivenciado na pandemia da Covid-19, foi sobre o PDDE Emergencial. Constatou-se, então, que, dos 8.615 participantes com dúvidas, 63,42% manifestaram dúvidas referentes a esse tema, ou seja, o equivalente a 5.465 participantes. Os demais 36,58% tiveram dúvidas referentes a outros assuntos, conforme exposto no Gráfico 10.

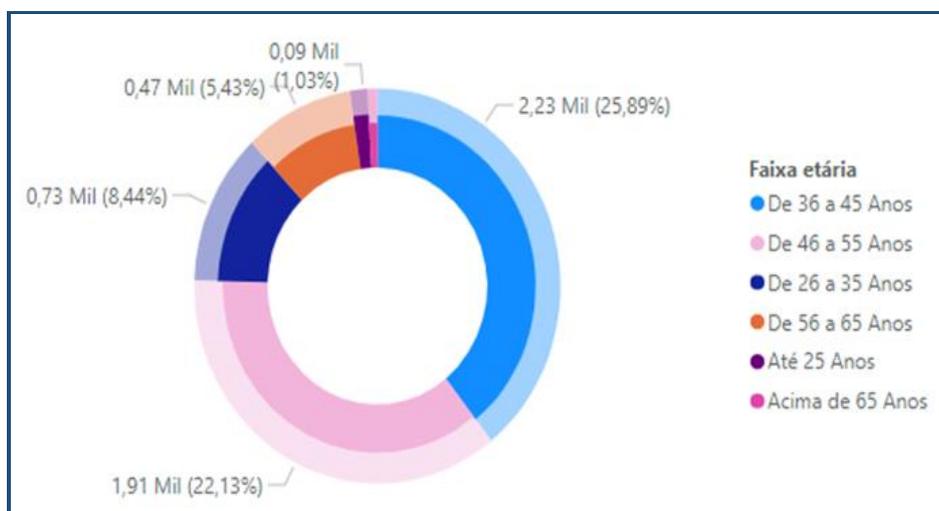
Gráfico 10 – Dúvidas que envolvem o PDDE ou outros assuntos na Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Dos participantes que mencionaram o PDDE Emergencial, conforme Gráfico 11, a faixa etária de maior incidência foi dos 36 a 45 anos, com o total de 25,89%, seguida pela faixa de 46 a 55 anos, totalizando 22,13%. Acima de 65 anos foi o menor público, com apenas 1,03% do total.

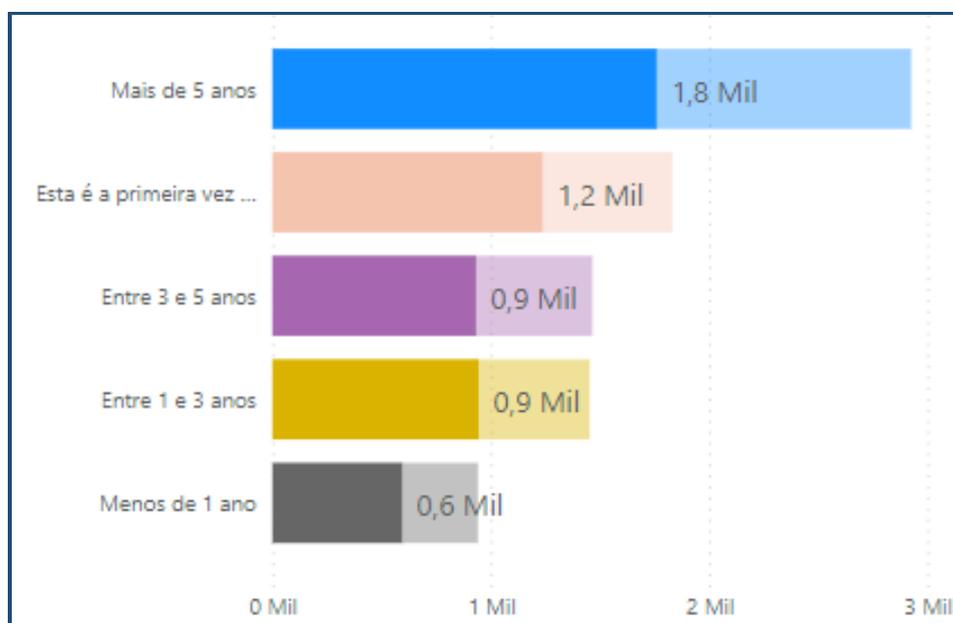
Gráfico 11 – Participantes com dúvidas que envolve o PDDE Emergencial por faixa etária na Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A contagem de dúvidas que envolvem o PDDE Emergencial, conforme Gráfico 12, em relação ao tempo de envolvimento dos participantes, também obteve sua maioria entre os envolvidos há mais de 5 anos, e sua minoria, há menos de 1 ano.

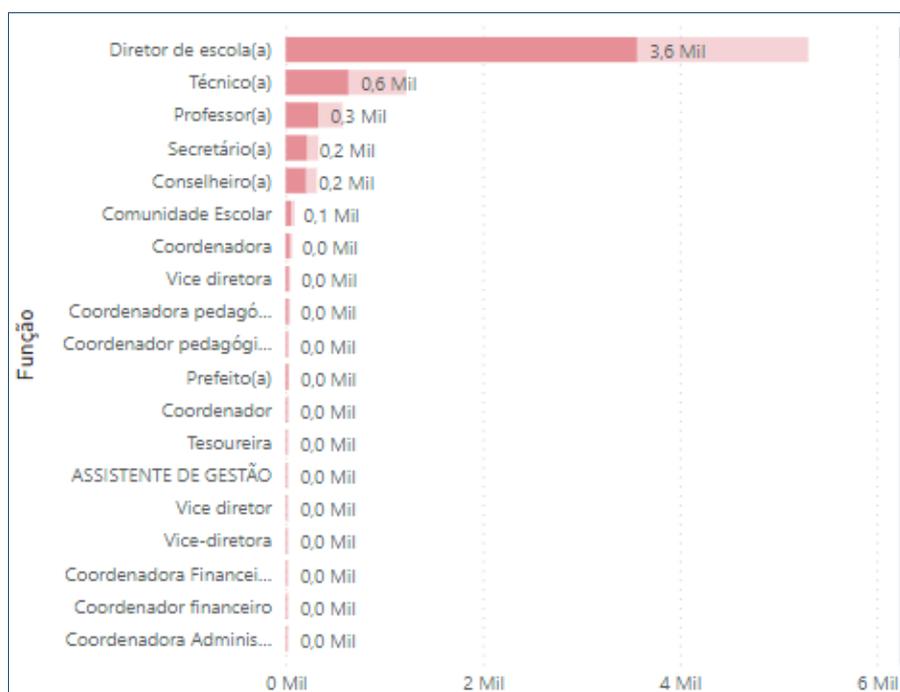
Gráfico 12 – Envolvimento dos participantes com dúvidas que envolvem o PDDE Emergencial na Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Quanto às funções que tiveram dúvidas relacionadas ao PDDE Emergencial, a maioria foi representada pelos diretores de escolas, totalizando 3.564 participantes, seguidos por técnicos, com 632, professores, com 327, secretários, com 212 e conselheiros, com 201, e os demais, com menos de 100 participantes, como demonstra o Gráfico 12.

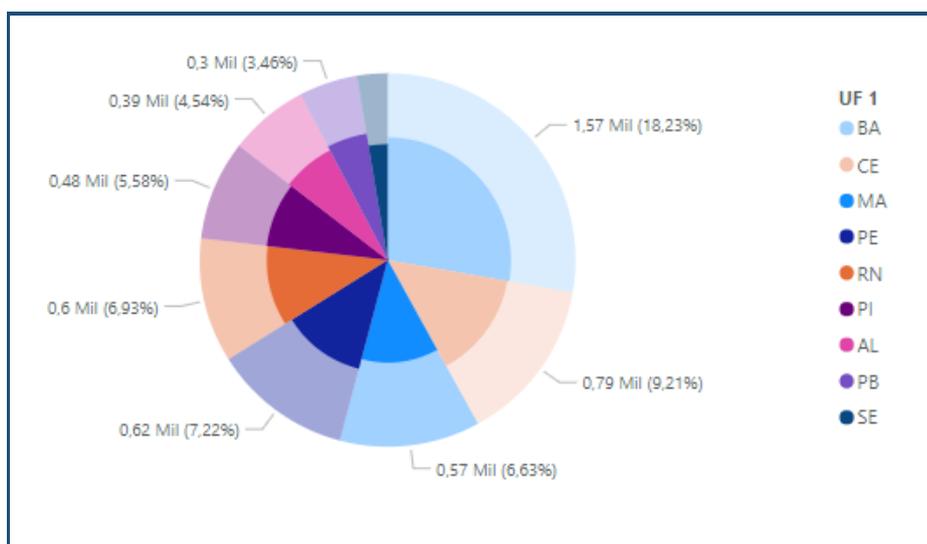
Gráfico 13 – Função dos participantes com dúvidas no PDDE Emergencial na Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Em relação aos estados com dúvidas referentes ao PDDE Emergencial, no Gráfico 14, contata-se, numérica e percentualmente, o estado onde mais surgiram dúvidas. A Bahia conta como aquele com maior número com 1.571 participantes, sendo 18,23% do total dos participantes, e Sergipe, com o menor, com 140 participantes, totalizando 2,62% do total.

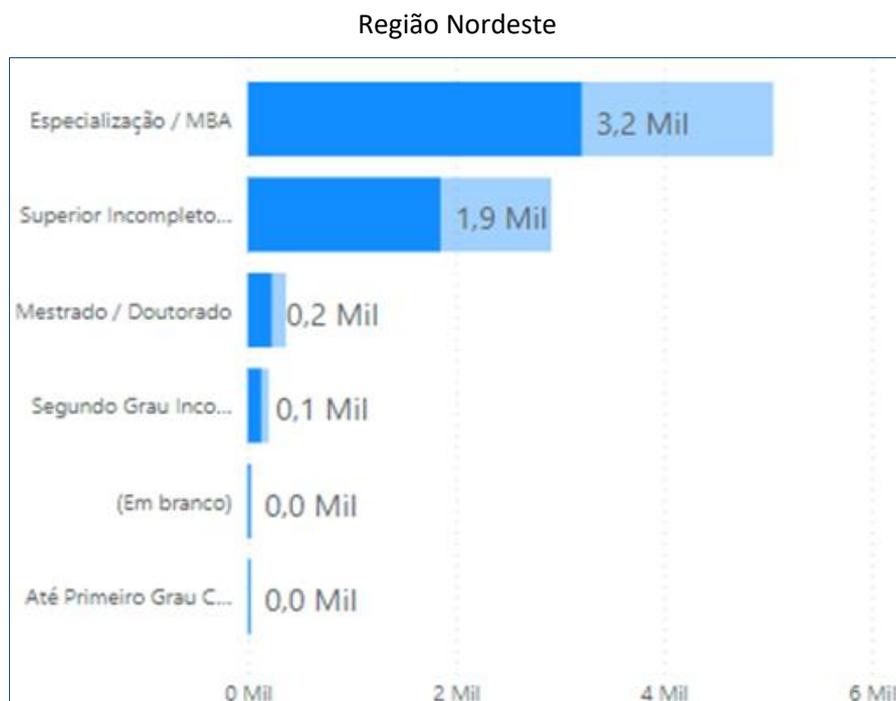
Gráfico 14 – Contagem de dúvidas que envolve o PDDE Emergencial por estado da Região Nordeste



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No que se refere à escolaridade dos participantes com dúvidas relacionadas ao PDDE Emergencial, observa-se, no Gráfico 15, que a maioria tem o nível com especialização, seguidos de nível superior completo ou incompleto e mestrado. Com menor incidência, foram os participantes com menos de segundo grau.

Gráfico 15 – Escolaridade dos participantes com dúvidas que envolvem o PDDE Emergencial na



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O questionário também contou com perguntas subjetivas, constantes no Quadro 1, referentes às dúvidas dos participantes.

Quadro 3 – Perguntas mais frequentes relacionadas ao PDDE – Emergencial na Região Nordeste

Perguntas
Como utilizar o recurso do PDDE – Emergencial
Compras de imobilizados na pandemia
Como gerenciar os recursos do PDDE – Emergencial
O que comprar e como comprar com o PDDE – Emergencial
Dúvidas referentes aos celulares não terem sido classificados como ferramenta importante para o PDDE na pandemia
Como utilizar o recurso do PDDE – Emergencial

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

No tocante às perguntas subjetivas relacionadas ao PDDE Emergencial, conforme Quadro 2, constata-se que a maior parte foram relativas ao uso do recurso do PDDE, às compras de imobilizado, ao gerenciamento de recursos e às compras com o PDDE Emergencial.

6 CONCLUSÕES

A pesquisa trouxe informações colhidas pelo monitoramento do CECAMPE Nordeste, visando proporcionar melhores resultados com relação ao monitoramento da gestão descentralizada, onde buscou relacionar as práticas informacionais a um fenômeno político pedagógico no campo dos estudos relativos à Ciência da Informação, no intuito de analisar a apropriação das informações pelos participantes dos Webinários realizados pelo CECAMPE Nordeste, no contexto da pandemia da COVID-19, como fonte de apoio a políticas públicas na educação no âmbito do PDDE.

Essa prática informacional configura-se como um meio de elaborar perspectivas sobre o uso e o comportamento informacional. Ela representa a busca por informações fundamentada na relação informacional, influenciada pelas interações sociais, a fim de compreender os usuários e a informação em espaços distintos. Mesmo quando independentes, esses espaços podem se mostrar recíprocos.

Com base nas análises obtidas, por meio de práticas informacionais utilizadas para investigar a apropriação das informações pelos participantes do Webinário aplicado após o PDDE, na Região Nordeste, foi possível concluir que a maioria dos participantes, após apropriar-se das informações, continua com uma série de dúvidas. O contexto da situação causada pela pandemia da Covid-19 propiciou uma quantidade de dúvidas relevantes quanto ao tema PDDE Emergencial, pois 63,42% dos participantes que manifestaram suas dúvidas incluíram esse tema.

O questionário do Webinário incluiu um campo de perguntas subjetivas cujo foco do trabalho foi analisar as dúvidas mais frequentes relacionadas ao contexto da pandemia. Essas práticas informacionais tornam-se importantes e indispensáveis, ainda mais em tempos como o vivenciado pelo isolamento social, que permitiram aos gestores obter informações de forma remota e colocar em prática, da melhor forma possível, a fim de melhorar a qualidade na educação.

Apesar de fornecer um treinamento em uma cartilha explicativa e um Webinário sobre o PDDE e PDDE Emergencial, pode-se concluir que os participantes, em sua maioria, necessitariam de um pós Webinário, para saber se, de fato, eles se apropriaram das informações e o quanto ela contribuiu para o desenvolvimento do programa, servindo, assim, para reorientar as ações nas atividades e práticas realizadas.

Foi observado que, para uma gestão democrática, a participação de todos é essencial, porém, os dados fornecidos mostram que a participação dos diretores de escolas é, em escala, quase cinco vezes superior às demais funções. Logo, faz-se necessário um maior envolvimento de todos para se obterem efetivos resultados na gestão democrática e melhor qualidade na educação.

A pesquisa contribui para o campo da Ciência da Informação, quando demonstra a importância em construir diferentes caminhos a fim de mostrar a busca pela informação, sendo possível perceber a importância das práticas informacionais para o usuário da informação. De modo mais preciso, este trabalho visa contribuir para o incentivo de futuras pesquisas no âmbito das práticas informacionais relacionadas ao CECAMPE Nordeste, na busca de agregar informações que possam contribuir para um melhor monitoramento na qualidade da educação e da gestão descentralizada, a partir de estudos embasados nas práticas informacionais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. Á. Os estudos em Práticas Informacionais no âmbito da Ciência da Informação. In: ALVES, E. C. *et al.* (orgs.). **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. p. 21-73.

BERTI, I. C. L. W.; ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários e práticas informacionais: do que estamos falando? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 389-401, 2017. DOI: 10.5433/1981-8920.2017v22n2p389. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31462>. Acesso em: 03 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **FNDE firma parcerias com universidades e institui Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais**. Brasília, 24 nov. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/fnde-firma-parcerias-com-universidades-e-institui-centros-colaboradores-de-apoio-ao-monitoramento-e-a-gestao-de-programas-educacionais. Acesso em: 13 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, fiscalização e monitoramento na execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Brasília: FNDE, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2021/resolucao-no-15-de-16-de-setembro-de-2021>. Acesso em: 22 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **COVID-19 no Brasil**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021b. Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em: 22 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.172, 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 11 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.005, 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 jan. 2022.

FERREIRA, S.M.S. P. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da informação**, Brasília, v. 25, n. 2, maio/ago. 1995. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/660/664>. Acesso em: 11 jan. 2022.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZÁLEZ-TERUEL, A. **Los estudios de necesidades y usos de la información: fundamentos y perspectivas actuales**. Gijón: Trea, 2005.

MCKENZIE, P. J. A model of information practices in accounts of everyday-life information seeking. **Journal of Documentation**, Bingley, v. 59, n. 1, p. 19-40, 2003. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/00220410310457993/full/html>. Acesso em: 3 nov. 2022.

SAVOLAINEN, R. **Everyday information practices**: a social phenomenological perspective. Lanham: Scarecrow Press, 2008.

SOUSA, L. F.; CAVALCANTE, L. E. Práticas informacionais de profissionais da saúde durante a pandemia: estudo sobre a resiliência informacional em tempos de crise. In: ALVES, E. C. *et al.* (orgs.). **Práticas informacionais**: reflexões teóricas e experiências de pesquisa. João Pessoa, Editora UFPB, 2020, p. 214-254.

TALJA, S. Constituting “information” and “user” as research objects: a theory of knowledge formations as an alternative to the information man. In: VAKKARI, P.; SAVOLAINEN, R.; DERVIN, B. (ed.). **Information seeking in context**. Londres: Taylor Graham, 1996. p. 67-80.

TALJA, S.; NYCE, J. M. The problem with problematic situations: differences between practices, tasks and situations as units of analysis. **Library & Information Science Research**, Amsterdam, v. 37, n. 1, p. 61-67, 2015. Disponível em: <https://acesse.dev/dRoGJ>. Acesso em: 22 jan. 2023.